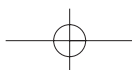


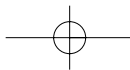
PROGRAMA MERCOSUR

SOCIAL Y SOLIDARIO

Sistematização de Experiências de Organizações Sociais

BRASIL





Este material fue elaborado por la Línea de Trabajo de Investigación y Capitalización - PMSS

Chile:

Mario Garcés
Coordinación de la Línea
ECO Educación y Comunicaciones

Argentina:

Soraya Giraldez
IDEP - CTA
Instituto de Estudios sobre Estado y Participación de la Central de Trabajadores de la Argentina

María Rosa Goldar
FEC Fundación Ecuménica de Cuyo

Brasil:

María Do Carmo Albuquerque
POLIS San Pablo

Paraguay:

Quintín Riquelme
CDE Centro de Documentación y Estudios

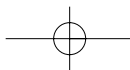
Uruguay:

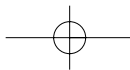
Teresa Buroni
CCU Centro Cooperativista Uruguayo

Diseño de tapa y diagramación: Hernán Bustamante y Emilio Sadier

La presente publicación ha sido elaborada con la asistencia de la Unión Europea. El contenido de la misma es responsabilidad exclusiva las Programa MERCOSUR Social y Solidario, y en ningún caso debe considerarse que refleja los puntos de vista de la Unión Europea.

Esta Cartilha foi elaborada em novembro de 2007 por Gabriela Lotta (gabriela.lotta@gmail.com), a partir da sistematização das experiências-piloto realizada pelas ONGs apoiadoras.





Experiências piloto para a construção de um sistema de segurança alimentar



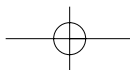
Como tudo começou

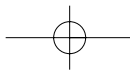
Desde 2004, diversas organizações sociais estão juntas no Programa Mercosul Social e Solidário (PMSS). Este programa tem um objetivo muito ousado, que é envolver ONGs e organizações sociais na discussão sobre a integração entre as nações do cone sul da América Latina. O PMSS reúne estas organizações para pensar e fazer propostas para que a integração realizada pelo Mercosul não seja voltada apenas aos grandes interesses econômicos, mas favoreça o desenvolvimento social e cultural das nações e fortaleça a solidariedade entre elas. No Brasil são três ONGs e muitas organizações sociais apoiadas por elas, nos estados da Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo.

Escolhemos no Brasil fortalecer a construção de iniciativas contra a fome e pela segurança alimentar, e levar esse tema, tão brasileiro, para o debate nos outros países. As organizações envolvidas no PMSS iniciaram uma Campanha Nacional pelo Direito Humano à Alimentação e, dentro desta campanha, passaram a desenvolver experiências que buscam fortalecer o direito à alimentação. A fome é um tema muito presente na história do Brasil, que afetou grandes populações atingidas pelas secas e que se transformou, ao longo dos anos, em outros problemas de insegurança alimentar, como a desnutrição, a obesidade e a destruição de culturas alimentares tradicionais. Em 1993 Herbert de Souza, o Betinho, iniciou a campanha da

Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida. A Campanha mobilizou sindicatos, movimentos sociais, igrejas e muitas outras organizações sociais e pessoas em todo o país, contribuindo para a reflexão política sobre o tema da fome.

A partir daí, governo e sociedade civil se mobilizaram para construir políticas públicas, realizando seminários e Conferências, criando fóruns e conselhos municipais e estaduais e o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar. Em 2006, finalmente, na data de lançamento de nossa Campanha Nacional, foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). As experiências apresentadas nesta cartilha situam-se neste contexto. A cartilha busca sistematizar as experiências piloto realizadas em 2007 e contribuir para que elas sejam multiplicadas em outras experiências semelhantes, envolvendo as comunidades na construção do SISAN. Ela ajuda a compreender melhor como as experiências se interligam e têm um significado maior, pois juntas, elas contribuem para a elaboração de programas ou instrumentos concretos de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. O SISAN é um sistema descentralizado e participativo. As experiências-piloto relatadas nesta cartilha também facilitam o envolvimento da sociedade civil no controle social sobre as políticas públicas de SAN. Integrantes de várias delas participaram das conferências municipais, estaduais e nacional de 2007, que visaram a construção deste sistema.





O que é Segurança Alimentar e Nutricional?

Antes de chegar às feiras e mercados, onde são comercializados, os alimentos percorrem um longo caminho. Este caminho se inicia pela produção, passando pela distribuição e abastecimento até chegar, finalmente, ao consumo. O conceito de Soberania e Segurança alimentar e nutricional (SAN) envolve todo este caminho: passa pela qualidade dos alimentos, a forma como são produzidos, o preço, a vigilância sanitária, as doenças relacionadas à alimentação, a educação alimentar, as dificuldades de acesso, os padrões de consumo e a cultura alimentar.

Soberania e Segurança alimentar e nutricional significa "o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis" (II Conferência Nacional de SAN, Olinda, 2004).

Nos anos '90, no Brasil, começou a percepção de que para o desenvolvimento não basta o crescimento econômico, mas é necessário incorporar também o desenvolvimento humano.

Dentro dessa lógica, os alimentos não podem ser tratados apenas como mercadorias, pois a

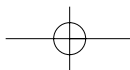
alimentação é um direito humano essencial: o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que deve garantir a todas as pessoas um padrão de vida que lhe assegure saúde e bem-estar.

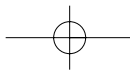
Hoje se sabe que muitas doenças são relacionadas aos hábitos alimentares, ao sedentarismo e ao fumo. O consumo diário de legumes, verduras e frutas, por exemplo, é em média, de apenas 132 gramas, segundo dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), de 2005, enquanto o Ministério da Saúde recomenda o consumo de 400 gramas/dia.



Horta Familiar

Nas regiões metropolitanas, aumenta o consumo de alimentos ricos em gorduras, açúcar, alimentos refinados e diminui a ingestão de fibras. Em 22 favelas do município de São Paulo, por exemplo,





Sistematização de Experiências de Organizações Sociais

revelou-se a presença simultânea de obesidade e desnutrição na mesma família, demonstrando uma situação de insegurança alimentar.

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda é alta a concentração de renda, a exclusão social e a degradação ambiental. Grande parte da população não tem acesso a alimentos indispensáveis à sobrevivência.

Ainda que a fome e a desnutrição sejam seus resultados mais injustos, a insegurança alimentar possui diversas expressões em nosso país, tais como a obesidade, a anemia, a falta de acesso à água, à terra e condições para se plantar, o peso dos alimentos no orçamento familiar, a perda de hábitos alimentares regionais, a queda do consumo de arroz e feijão, frutas, verduras e legumes, o consumo crescente de açúcar, alimentos gordurosos, lanches no lugar de refeições, etc.

Além destes acrescentam-se problemas específicos das diferentes regiões, como a Amazônia, o semi-árido, as regiões metropolitanas, os municípios rurais.

O mercado tem sido importante na produção e na comercialização propiciando o acesso de comunidades amplas e distantes aos alimentos, mas ele não é capaz de garantir a diversidade cultural e a autonomia dos que produzem e consomem alimentos. É importante que as comunidades se organizem para evitar a dependência aos supermercados, a padronização dos hábitos



Compostagem em Lagoa Seca

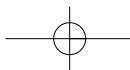
de alimentação, o desaparecimento de espécies agrícolas e de pequenos animais, de culturas alimentares, além de outros problemas ligados à insegurança alimentar.

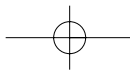
A política de Segurança Alimentar e Nutricional

Uma política de Segurança Alimentar e Nutricional deve preocupar-se com as diversas dimensões relacionadas ao direito humano à alimentação como a qualidade do alimento, a produção, o abastecimento e a educação alimentar. Por exemplo:

a. Produção de Alimentos

As políticas de SAN devem garantir o apoio aos pequenos e médios produtores rurais e urbanos, promovendo iniciativas orientadas para agregar valor aos produtos primários.





Devem possibilitar a geração de trabalho e renda e a criar condições para que os pequenos produtores recebam maior renda por seus produtos, além de ampliar a oferta de alimentos no mercado local e regional. Para isto, deve-se promover o acesso à terra, ao crédito e recursos financeiros, melhoria da infra-estrutura, construção e manutenção de estradas, assistência técnica, comercialização, ampliação dos mercados para agricultura familiar, apoio para formação e fortalecimento e atenção às mulheres produtoras ou a jovens, apoio para formação de centros de referência em segurança alimentar, de hortas urbanas, de criação de produtos orgânicos e alternativos, entre outros. Todas essas ações são importantes no sentido de reforçar a autonomia, na medida em que têm impacto sobre a renda, tanto de quem produz como de quem consome produtos alimentícios.

b. Acesso a uma alimentação de qualidade

A forma como se dá o abastecimento e a obtenção dos alimentos interfere na composição dos alimentos, na sua qualidade e no próprio custo dos produtos. Entre as ações que podem ser desenvolvidas para melhorar o abastecimento estão: regulação pública, criação de entrepostos, varejões, sacolões e feiras-livres, organização de grupos de compras comunitários, promoção de redes de economia solidária, estímulo à implantação de restaurantes populares, cozinhas ou padarias comunitárias, fiscalização e capacitação.

c. Educação alimentar para o consumo

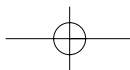
Os padrões de consumo atuais são contrários às práticas de alimentação saudável. Estes padrões são determinados pelas formas de produção e acesso aos alimentos e pelas propagandas, que incentivam o consumo de produtos industrializados. Algumas atividades que podem estimular o consumo de alimentos de qualidade são: promoção de campanhas educativas, inserir elementos educativos nos programas alimentares, estimular a formação de profissionais que atuem em SAN, resgatar a diversidade e a reeducação alimentar, estimular a resistência aos transgênicos.

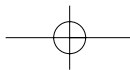


Plantio das primeiras espécies no Viveiro de Mudas

d. Programas alimentares suplementares.

Podem ser desenvolvidas ações direcionadas a grupos específicos, como crianças,





Sistematização de Experiências de Organizações Sociais

gestantes e idosos desnutridos, para suprir as carências alimentares e fornecer a essas pessoas alimentação adequada. Entre as atividades pode-se pensar em: distribuição de cestas básicas, oferta de refeições, programas de complementação de renda, inserir alimentação saudável nas merendas, promover compra de alimentos de pequenos e médios produtores locais nas escolas, capacitar merendeiras.

As experiências-piloto

As experiências-piloto relatadas a seguir também se preocupam com várias dimensões do direito humano à alimentação. São experiências que fortalecem a autonomia das comunidades na produção de alimentos saudáveis, que valorizam a cultura alimentar tradicional e saudável, que promovem a re-educação alimentar e que propiciam a geração de renda para favorecer o consumo adequado de alimentos.

I. Onde aconteceram as experiências

As experiências aconteceram em comunidades urbanas, peri-urbanas e rurais, em três municípios nos estados da Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo.

Município de Campina Grande, PB: o município se localiza no Estado da Paraíba, no semi-árido do Nordeste brasileiro, e tem a segunda maior população do Estado, com

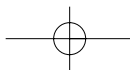
aproximadamente 400 mil habitantes, tem distritos rurais e urbanos, sendo 4% dos habitantes vivendo na área rural e mais de 95% na área urbana. O município detém o terceiro IDHM¹ da Paraíba (0,721) e tem uma esperança de vida de 63,47 anos, com uma taxa de alfabetização de adultos de 82,8% e a renda per capita é de R\$ 226,09 (menos de um salário mínimo)².

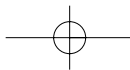
O Centrac, organização apoiadora, se localiza na cidade de Campina Grande e seus técnicos foram responsáveis por acompanhar as experiências, que fazem parte de um trabalho desenvolvido na região há 20 anos.

Município de Pinheiral, RJ: o município se localiza no Estado do Rio de Janeiro, ao sul do estado, tem aproximadamente 20 mil habitantes, com renda média salarial entre 0,5 e 2 salários mínimos e aproximadamente 900 pessoas empregadas formalmente, segundo dados do IBGE 2000. O município tem baixo nível de arrecadação local e depende de verbas públicas estaduais e federais para implementação e manutenção das políticas públicas. Pinheiral conquistou sua emancipação há 12 anos, deixando de ser distrito do Município de Piraí. É uma cidade pequena, sem grandes vocações econômicas, que viu seu poder aquisitivo cair junto com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), instalada em Volta Redonda, e que movimentava a economia de toda a região.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. PNUD/IBGE 2004.

² PNUD/IPEA/FJP 2000.





A organização apoiada pelo Cedac, a Associação de Economia Solidária de Pinheiral (AESP), decidiu, em seu planejamento 2007, atuar nos temas da Economia Solidária e da Segurança Alimentar. As atividades são desenvolvidas desde 2006 e, em sua concepção, envolveram moradores da comunidade do Parque Maíra, bairro com uma estimativa de 2.450 habitantes (segundo informações do módulo do PSF - Programa de Saúde da Família do bairro), bem como ouvintes das rádios comunitárias e organizações participantes do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSAD / Rio Sul). Nessa experiência, o principal objetivo foi potencializar as iniciativas em torno da Segurança Alimentar que já eram realizadas pela comunidade. Os trabalhos são feitos em diferentes espaços, comumente nas casas dos membros do grupo de Segurança Alimentar da AESP. O CEDAC acompanha a comunidade do Parque Maíra desde 2003 com presença sistemática na comunidade através de 2 técnicos.

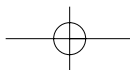
Município de São Paulo, SP: (10,9 milhões de habitantes). A favela do Jardim Jaqueline, com aproximadamente 10 mil pessoas, se localiza na Sub-prefeitura do Butantã (378 mil habitantes) que tem 50 mil pessoas vivendo em 81 favelas. O Instituto Pólis acompanha o trabalho através de 2 técnicas. O trabalho se iniciou, em 2003, com a realização de uma pesquisa-ação sobre como seria efetivada uma política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi criado um Centro de Referência em Segurança Alimentar (CRSAN), um espaço público onde atuam a

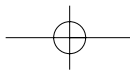
comunidade, o poder público e ONGs na busca de alimento de boa qualidade com preço acessível e onde ocorre o debate e a reflexão sobre as políticas de segurança alimentar. Entre as ações desenvolvidas está a construção de uma horta comunitária, que coloca em debate alguns desafios que são constantes para o trabalho com a terra, o plantio e a produção de alimentos nas áreas urbanas, como a falta de áreas para esta atividade, o solo muito pobre e a desmobilização da população em torno do tema.

II. Produção de alimentos de forma autônoma e saudável

Um dos eixos de um Sistema de Segurança Alimentar é garantir a produção de alimentos saudáveis. Para tanto, deve-se promover iniciativas que permitam o acesso da população a alimentos de qualidade, bem como processos de educação alimentar. O grande mercado, embora importante para ampliar o acesso a alimentos, muitas vezes subordina a qualidade à quantidade e à lucratividade. Por isso a capacitação para produção de alimentos alternativos, bem como promoção de oficinas, espaços de plantio, produção e de comercialização de produtos alternativos são atividades que ajudam a promover a produção e o acesso a alimentos saudáveis.

Vamos analisar algumas experiências que fortalecem a autonomia de comunidades na produção de alimentos, que escapam à homogeneidade do mercado e fortalecem





uma cultura alimentar tradicional ou contribuem para a recuperação de hábitos alimentares saudáveis.

DUAS EXPERIÊNCIAS DE CRIAÇÃO DE GALINHAS CAIPIRAS

O projeto "Jovens compartilhando alternativas de Segurança Alimentar e Geração de Renda", desenvolvido no Distrito de São José da Mata em Campina Grande-PB, visa fortalecer a criação de galinhas caipiras como alternativa para diminuir o êxodo rural de jovens.

O projeto tem como público inicial 10 jovens agricultores/as e suas famílias, residentes na zona rural do distrito de São José da Mata, e a proposta surgiu a partir de uma oficina realizada pelos jovens da comunidade que



Galinha Caipira

identificaram os principais problemas que os atingiam e as possíveis soluções.

Uma das propostas foi a criação de galinhas e entre os objetivos identificados estão:

- fortalecer o papel social dos jovens como

Sistematização de Experiências de Organizações Sociais

atores importantes para o trabalho na economia familiar,

- empoderar e proporcionar oportunidades igualitárias de atuação entre rapazes e moças,

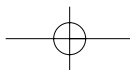
- incentivar o consumo de galinhas caipiras e seus produtos pelas famílias como reforço na dieta alimentar, minimizando conseqüentemente os problemas de desnutrição;

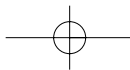
- comercializar as galinhas e ovos caipira.

As atividades são desenvolvidas através de uma parceria entre a Pastoral da Juventude do Meio Popular, a Juventude Organizada no Meio Rural e o Centrac. O projeto conta também com o apoio de técnicos/as voluntários.

Foram adquiridas as matrizes e reprodutores, os insumos como ração e vacinas, os equipamentos como comedouro, bebedouro e demais instalações. Foram também desenvolvidas atividades educativas voltadas para a melhoria do padrão nutricional e para a geração de renda.

Um projeto similar de criação de galinhas de capoeira tem sido desenvolvido em um assentamento do MST - o Assentamento Bom Jesus, localizado a 19 km da sede do município de Campina Grande. O Projeto pretende desenvolver um sistema econômico de produção para a juventude, independente da renda da família, visando uma maior produtividade e qualidade de produção de galinhas, frangos e ovos no assentamento.





O Projeto visa estimular a participação dos jovens, a cooperação, o resgate do saber popular e promover a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas.

Visa também preservar a criação da galinha conhecida como de "Capoeira", que existe em mais de 80% dos terreiros das pequenas propriedades rurais, mas que quase se extinguiu nos terreiros e quintais em função das galinhas modernas. Estas galinhas são detentoras do grande mercado consumidor, pois se tornaram extremamente produtivas, através da seleção genética, nutrição e manejo. O Projeto adotou o sistema semi-intensivo e foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Construção de um cercado para as galinhas: tem como função

servir de local para criação dos animais, com área coberta e área ao ar livre. No sistema semi-intensivo este local se compõe de uma área coberta e uma



Criação para postura

área cercada onde as aves podem tomar sol, ciscar e comer vegetais à vontade (frutas, verduras, capins, etc.). Aproveitou-se a estrutura já existente no assentamento para construção do local para criação das aves.

- Aquisição de frangas de galinha de capoeira: a criação destas galinhas irá

contribuir para melhorar a alimentação das famílias e poderá fazer parte da renda familiar.

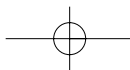
- Aquisição de ração para galinhas: tem como função suprir a necessidade de alimentação durante os seis meses de consolidação do Projeto, até que inicie a produção de excedentes para serem comercializados.

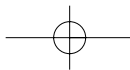
- Aquisição de vacinas e vermífugos: tem como objetivo a prevenção das doenças para manutenção do estado fito-sanitário das aves e visando êxito do projeto.

HORTA COMUNITÁRIA

Outra experiência que tem promovido a melhoria da qualidade da alimentação, aliada à geração de renda, é a horta construída no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã, na cidade de São Paulo - CRSAN. A demanda e o interesse por parte dos moradores do bairro foram centrais para que se começasse o processo de implantação de uma horta comunitária. Foram realizadas muitas discussões e esforços para conseguir espaço e apoio técnico e financeiro para a implantação da mesma. O local, que já foi um lixão há 20 anos, tem o solo contaminado, levando à necessidade de recuperação do mesmo.

Aliadas à vontade de terem um espaço para trabalhar com a terra, mesmo considerando todos os desafios encontrados, as atividades persistiram. Foram realizadas oficinas sobre o plantio em pequenos espaços, sobre hortas





suspensas e hortas comunitárias. Paralelamente, foram realizados diversos mutirões com a comunidade para a construção da horta, desde a limpeza e a remoção de entulhos até as obras de cercamento da área e confecção dos canteiros.

Finalmente, com o apoio do PMSS, do



Curso sobre horta no Jardim Jaqueline

Instituto Polis e da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, iniciou-se em 2007 a construção da horta comunitária. Decidiu-se construir uma horta com estruturação para receber os canteiros suspensos. Na medida em que ocorrer a produção de alimentos, serão realizadas as oficinas de capacitação para o grupo responsável pelo plantio e pela colheita. Este grupo realizará encontros periódicos para decidir o destino das hortaliças colhidas.

As escolas e centros educacionais da região incluirão a atividade da horta na

Sistematização de Experiências de Organizações Sociais

programação curricular, com visitas semanais dos alunos à horta.

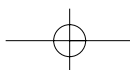
A partir da parceria com uma Incubadora de Cooperativas (ITCP), pretende-se formar um grupo de compras coletivas, que permita uma alternativa mais barata para aquisição dos alimentos.

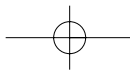
A implantação da horta tem fortalecido as demais ações do CRSAN, buscando assegurar a alimentação adequada e colocando em prática a política que visa facilitar o acesso da população a estes produtos.

HORTAS FAMILIARES

A AESP, no município de Pinheiral, RJ, como parte das atividades do núcleo de SAN, estimula a organização de hortas familiares. Os mutirões de limpeza, poda e preparo do solo já fazem parte da rotina da AESP e, com a ação piloto, foi possível dar início à criação de um viveiro de mudas. Hoje, a AESP conta com um terreno cedido por uma das moradoras da comunidade, já limpo e devidamente cercado, canteiros preparados e com as primeiras mudas plantadas, que também já possuem recursos para irrigação. Toda estrutura tem sido possível graças à mobilização durante os mutirões que reuniram cerca de 15 pessoas e mobilizaram a comunidade.

Como resultado das atividades do mutirão, a idéia central é criar um viveiro de mudas de plantas medicinais que possa estar a serviço de todo o bairro. Para tanto, também se





viabilizou a presença de duas integrantes da AESP em um curso de plantas medicinais em parceria com a Cáritas, que vem qualificando o trabalho destas participantes.

LANCHE-FORMAÇÃO

Outra experiência que contribui para a produção e promoção de alimentação saudável, desenvolvida pela AESP, em Pinheiral é o lanche-formação, que tem como objetivo demonstrar às famílias acompanhadas pelo Grupo de Segurança Alimentar da AESP como os alimentos podem



Lanche-formação realizado durante a Semana Mundial de Alimentação

ser reaproveitados e como podem preservar o atrativo do paladar. Para tanto, foram adquiridos alimentos não perecíveis que garantirão os lanches até novembro de 2007, tendo como contrapartida recursos extraídos da própria localidade nas hortas familiares.

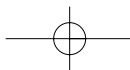
Os lanches, que ocorrem mensalmente, foram criados como estratégia para trabalhar com famílias em situação de insegurança

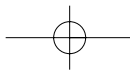
alimentar, conscientizado-as do potencial existente no interior da comunidade e, ao mesmo tempo, estimulando o cultivo de hortas nos quintais, além de formar novos agentes multiplicadores.

Para esta ação também foram adquiridos equipamentos para instalação básica da cozinha (fogão, botijão, batedeira, liquidificador, panelas, pratos, talheres, etc.) garantindo a socialização dos bens adquiridos em torno de um projeto coletivo. Com isso, abre-se a perspectiva de instalação de uma cozinha com pretensão de gerar trabalho e renda na comunidade. Vale ressaltar que a AESP encontra-se em processo de formalização graças a um projeto em parceria com o Instituto Marista de Solidariedade - IMS, que vem abrindo novas perspectivas para esta associação, na medida em que o grupo passa a ter a possibilidade de contar com sede própria para suas ações que, até o momento, ocorrem voluntariamente nas casas dos membros.

Os trabalhos têm como principal objetivo a qualidade de vida, com prioridade no ser humano e levando em conta o consumo consciente, a preservação ambiental e a geração de trabalho e renda.

No ano de 2007, graças aos recursos disponibilizados para a ação-piloto, a AESP identificou o potencial do núcleo de Segurança Alimentar também para gerar renda e, neste sentido, vem estudando a viabilidade de implantação futura de uma iniciativa de produção e comercialização de refeições, doces, geléias e biscoitos a preço justo e valorizando os produtos do município de Pinheiral. Por outro lado, passar a ser





Sistematização de Experiências de Organizações Sociais



A AESP apresenta para estudantes sua experiência em Segurança Alimentar durante a Semana Mundial de Alimentação

responsável pelo gerenciamento dos recursos também exigiu um melhor planejamento das ações e um maior comprometimento no cumprimento dos prazos.

III. Adubo para a produção de alimentos

Outro enfoque dentro da política de Segurança Alimentar e Nutricional é a produção de insumos para a criação de alimentos.

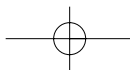
Diante das precárias condições de vida das famílias que trabalham no lixão do município de Lagoa Seca-PB, o Fórum de Entidades em Defesa da Cidadania desenvolveu um trabalho com objetivo de melhorar as condições destas famílias, com a organização de uma atividade de geração de renda através da produção de adubo orgânico a partir do lixão de Lagoa Seca.

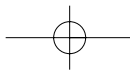
Lagoa Seca conta com 24.154 mil habitantes em 2002, estando sua maioria na zona rural (16.042) com uma presença marcante da agricultura familiar, voltada para a produção de hortifrutigranjeiros. O Município sofre com a falta de infra-estrutura no campo e na cidade. Em 2001, segundo o IBGE, dos 5.730 domicílios apenas 2.298 tinham coleta de lixo domiciliar, 722 contavam com abastecimento de água ligado à rede geral e, 603 tinham banheiro ligado à rede de esgotos.

Esta ação-piloto teve como objetivo incentivar as famílias a se organizarem, criar condições de geração de renda a partir da reciclagem e estimular os cuidados básicos com a saúde e a educação. Foram envolvidas 10 famílias trabalhadoras do lixão.

Os trabalhos se iniciaram com a realização de oficinas e encontros de discussão sobre cuidados básicos de saúde e segurança, além de visitas e intercâmbios com outras experiências.

Realizaram-se a seguir oficinas com foco na geração de renda, ensinando as famílias a produzir composto orgânico para adubação de hortas. Foram organizadas também visitas de intercâmbio com outro lixão e uma produtora de compostagem, que tiveram como objetivo potencializar a troca de saberes e criar uma rede de trabalhadores envolvidos de forma produtiva com o lixão. A oficina de compostagem foi realizada em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município e o composto orgânico será vendido como adubo para pequenos produtores da região.





Além da produção de adubo orgânico, realizaram-se também oficinas para a confecção de produtos reciclados a partir de garrafas pet e outros rejeitos.

IV. Comercialização e geração de renda

O enfoque na geração de renda articula as ações de segurança alimentar com a economia solidária através da comercialização e geração de renda³. As atividades que giram em torno da comercialização de alimentos, insumos e produtos derivados têm o potencial da geração de renda e fortalecimento dos grupos e mercados locais. Além disso, possibilita uma comercialização alternativa, com a criação de um "mercado" diferente dos já existentes, evitando a dependência a supermercados ou a grandes empresas alimentícias.

A geração de renda também possibilita um aquecimento dos mercados locais, cria condições para maior apropriação de renda dos agricultores familiares, amplia a oferta de mercadorias no local, gera a distribuição de renda, enfraquece os monopólios, cria empregos locais e, muitas vezes, gera o barateamento dos produtos.

Neste sentido, as duas experiências de criação de galinhas caipiras, por exemplo, têm como foco o desenvolvimento de um sistema econômico de produção para a

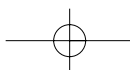
³A Economia Solidária não se reduz à geração de renda, mas envolve novas formas de relação do ser humano com a economia e com o meio ambiente. Ver o site do Cedac: www.cedacnet.org.br

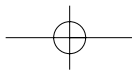


Visita a uma experiência de horta

juventude, visando maior produtividade e qualidade de produção de galinhas, frangos e ovos. Dessa forma, aproveitando-se das estruturas e dos saberes locais, ambos os projetos têm como objetivo potencializar as capacidades econômicas dos jovens como criadores da galinha caipira, buscando resgatar culturas que foram substituídas pela produção em massa, permitindo geração de renda local e melhoria da qualidade dos alimentos consumidos.

Em São Paulo, no CRSAN, diversas atividades têm contribuído para a segurança alimentar e a geração de renda. A construção da horta comunitária e as oficinas de capacitação têm como objetivo possibilitar à população local o plantio e a colheita, que, além de melhorarem o consumo de alimentos, possibilitarão geração de renda a partir da





comercialização local dos produtos, além de diminuir os gastos das famílias com estes alimentos. Além disso, a partir de parceria com a ITCP da USP, pretende-se criar um grupo de compras coletivas que permita uma alternativa mais barata de compras de alimentos.

A articulação da horta com o grupo de compras irá potencializar e dar sustentabilidade para as atividades da cozinha-escola do CRSAN onde são realizados cursos de aproveitamento integral dos alimentos e pães enriquecidos, que também promovem a segurança alimentar e a geração de renda entre as pessoas do local. Essas atividades também têm como resultado incentivar os moradores da região a plantarem as próprias verduras, promovendo um aquecimento da economia local, fluxo de renda entre os moradores e economia com o dinheiro que gastam com esses produtos.

Em Pinheiral, a experiência desenvolvida pela AESP - Associação de Economia Solidária de Pinheiral também atua na geração de renda a partir de diferentes frentes. O estímulo à produção das hortas domiciliares tem como foco a produção de alimentos que possam diminuir os gastos das famílias e, com o excedente, gerar renda. A criação de um viveiro de mudas com ervas medicinais e a capacitação de algumas mulheres em cursos de produção desses medicamentos também permitirão a geração de renda, através da produção de remédios caseiros, bem como da diminuição do gasto das famílias com esses itens.

Sistematização de Experiências de Organizações Sociais



A partir das experiências com o lanche-formação, tem-se também vislumbrada a idéia de gerar renda a partir da formação em alimentação alternativa para famílias em situação de insegurança alimentar, o que pode incentivar a criação de um grupo de comercialização dos produtos.

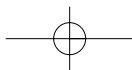
A experiência com os trabalhadores do lixão também tem como foco a geração de renda, aliada, neste caso, aos cuidados ambientais.

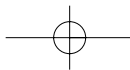
A experiência busca ampliar as possibilidades de geração de renda a partir da reciclagem dos rejeitos "secos", como papel, plástico, vidro e metal, e dos resíduos orgânicos, usados para a produção do adubo orgânico.

A produção artesanal

Além das atividades com foco mais relacionado à Segurança Alimentar e Nutricional, em Campina Grande têm sido desenvolvidas diversas atividades que têm foco na Economia Solidária e Geração de Renda. Assim, buscando oportunizar renda para jovens e mulheres carentes e contribuindo para a auto-estima e capacidade de trabalho em grupo, estão sendo realizadas oficinas de artesanato em macramê, bijuterias, crochê e bordado.

As ações são realizadas a partir de articulações com o Orçamento Participativo, a Associação da Juventude pelo Resgate da Cultura e Cidadania e o Fórum da Criança e Adolescente de Campina Grande. A partir de articulações com o Sebrae, a Agência





Municipal de Desenvolvimento e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande, os produtos estão sendo introduzidos no mercado local através da comercialização em eventos da cidade e feirinhas de artesanato locais. Em paralelo a estas atividades, têm-se desenvolvido atividades de esclarecimento quanto ao trabalho infantil e os problemas que disso decorrem.



Artesanato com jovens

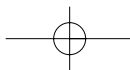
V. As parcerias

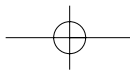
A construção de parcerias e articulações locais é outro eixo essencial para o desenvolvimento de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. A partir do envolvimento de diversas entidades e organizações, as ações podem ser potencializadas, além de permitir maior enraizamento no local, correspondendo às expectativas dos diversos atores envolvidos

com o tema. As parcerias também possibilitam ampliar as perspectivas das experiências, garantindo que elas não fiquem confinadas ao local, mas que adquiram uma perspectiva de direitos e de incidência na política pública.

As articulações e parcerias podem ser de diversos tipos, como parcerias financeiras, parcerias técnicas, parcerias para cessão de espaço ou infra-estrutura, entre outras. Também podem ser realizadas com diferentes tipos de organizações, como as do poder público, organizações da sociedade civil, entidades privadas e, principalmente, a própria comunidade local, que pode ser envolvida através das associações ou através de lideranças locais. O importante é que as parcerias promovam a solução de problemas, construção de propostas e responsabilidades para cada um dos integrantes.

Uma das maneiras de desenvolver as parcerias é realizar um mapeamento no local para identificar os principais atores, líderes e representantes que podem ser envolvidos no processo. Isso aconteceu no caso das atividades desenvolvidas no CRSAN do Jardim Jaqueline, em São Paulo. A primeira etapa de trabalhos envolveu um mapeamento na comunidade para reconhecer as pessoas que tinham familiaridade com o tema, que já plantavam em suas casas e pessoas que não plantavam mais, mas eram reconhecidas na comunidade como portadoras de saberes sobre as plantas e ervas curativas. Assim, iniciou-se um trabalho de mobilização e resgate cultural local e, dessa forma, a principal mobilização e articulação se dá com





Sistematização de Experiências de Organizações Sociais

a própria comunidade e líderes das associações locais. A comunidade e os diversos participantes do CRSAN auxiliam no cuidado com a horta que serve, ao mesmo tempo, como uma atividade de aprendizagem, de cuidado com o alimento, de geração de renda e de cuidado do espaço coletivo.

Além da comunidade, os principais parceiros são a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), os centros educacionais, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da USP, a Subprefeitura do Butantã, por meio da Coordenadoria da Saúde, ligada à Secretaria Municipal da Saúde (SMS), e da Coordenadoria da Assistência Social, ligada à Secretaria da Assistência e do Desenvolvimento Social (SMADS).

*SVMA: é responsável pelo apoio técnico com cursos, oficinas e acompanhamento de agrônomos especialistas em horta orgânicas comunitárias, além de fornecer insumos, como sementes, terra, ferramentas, entre outros.

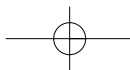
*ITCP: oferece apoio por meio de um projeto em parceria com o Instituto Pólis, que tem como um dos objetivos aproximar e inter-relacionar a SAN com a Economia Solidária, por meio de diversas ações, sendo a principal a incubação de um grupo produtivo, ligado à cozinha-escola do CRSAN e trazendo a discussão sobre como uma horta pode auxiliar no abastecimento deste próprio grupo de produção alimentícia.

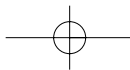
*Centros educacionais: auxiliam na integração do currículo escolar com uma ação concreta de SAN e educação ambiental, com o incentivo para os alunos cuidarem do seu próprio alimento em uma horta e estimulando o contato com a terra -o que quebra o distanciamento em torno do conhecimento da origem dos alimentos.

*Subprefeitura do Butantã - Coordenadoria da Assistência Social e da Saúde: as Coordenadorias auxiliam o trabalho com a participação efetiva e constante de técnicos que trazem seus conhecimentos e possibilitam a integração da comunidade com os órgãos públicos. Esta integração facilita a aproximação da população com os programas públicos, que muitas vezes não são suficientemente divulgados, e a aproximação em relação aos dados sobre orçamento e projetos futuros. Por meio destes técnicos também é possível fazer as reivindicações para que levem aos órgãos responsáveis, exigindo a efetivação de políticas públicas.

*Programa Mercosul: responsável pela sustentação financeira das atividades, e por trazer o debate político e a consciência de cidadania planetária, integrando projetos e visões sobre resoluções de problemas que se assemelham em todos os países participantes do Programa.

*A Comunidade: a presença da comunidade dá sentido ao projeto, na medida em que permite trazer as demandas gerais e levar aos moradores as novas possibilidades. Além disso, a presença da comunidade norteia o





projeto para a realidade local, para que este não desvie de seus objetivos iniciais.

O Instituto Pólís teve o papel de articular os atores em torno desta ação, organizando encontros com as pessoas da comunidade interessadas em cuidar da horta e articulando um grupo responsável pelo “gerenciamento” e construção desta horta, que visa ser uma administração participativa e integradora. O Pólís também foi responsável por comprar os equipamentos para construção da horta e definir as estratégias e plano de construção em conjunto com os parceiros.

Na experiência desenvolvida pelo CEDAC, a AESP vem se articulando com diferentes atores e estabelecendo parcerias com Pastoral da Criança, Rede de Educação Cidadã, Fórum de Cooperativismo Popular, Associação de Produtores Rurais, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Associação de Moradores do Parque Maíra, Escola Municipal Rosa da Conceição Guedes (única escola do bairro), Centro de Referência de Assistência Social, Rádio Comunitária Cruzeiro, Colégio Agrícola Nilo Peçanha (situado no Campus rural da Universidade Federal Fluminense - UFF), Centro de Ação Comunitária (CEDAC), Instituto Marista de Solidariedade, entre outros.

Nas diversas parcerias, cada organização assume um papel e responsabilidade:
*Colégio Agrícola Nilo Peçanha: auxilia na orientação técnica e cede sua infra-estrutura para algumas atividades do grupo.

*Centro de Referência em Assistência Social e Escola Municipal: cedem seus espaços para as atividades.

*Rádio Comunitária: auxilia na mobilização e difusão dos trabalhos desenvolvidos.

*Pastoral da Criança: auxilia no reforço das ações realizadas.

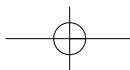
*Os demais parceiros cumprem papel de fortalecimento político e colaboração com a organização social.

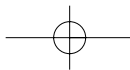
Já o CEDAC, responsável pelo acompanhamento das atividades, desenvolve trabalho de formação e assessoria ao grupo, desde 2003, após a identificação do potencial deste núcleo humano na luta pela garantia de direitos da comunidade durante um curso de formação de lideranças realizado no ano de 2002.

Em uma das experiências desenvolvidas pelo Centrac, os principais parceiros são a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), a Juventude Organizada no Meio Rural (JOMER) e a própria comunidade do local. Na outra experiência, o principal articulador é o Movimento Sem Terra - MST juntamente com a Associação de Cooperação Agrícola do Estado da Paraíba.

A comunidade foi envolvida na venda dos ovos e no estímulo para que outras pessoas pudessem também estimular experiências.

O Centrac é responsável pelo encaminhamento das ações-piloto, realizando





reuniões preparatórias, visitas às experiências desenvolvidas, reuniões de acompanhamento e socialização das atividades e avaliação final das ações.

VI. A incidência na política pública

Um dos eixos centrais para se pensar em uma política de segurança alimentar é promover a integração entre as atividades desenvolvidas no local e o poder público, estimulando o trabalho entre diversas áreas, como educação, saúde, abastecimento, assistência social, meio ambiente e participação popular.

Assim, alguns projetos têm desenvolvido formas de parceria com o poder público que passam a integrar as ações desenvolvidas no local, seja auxiliando com infra-estrutura, com a parte técnica, com recursos financeiros ou com apoio institucional.

No caso do CRSAN, por exemplo, as atividades estão conectadas a diversas políticas públicas, em áreas como criança, saúde e meio ambiente, buscando levar para estas áreas a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional.

Diversas experiências locais têm sido desenvolvidas no sentido de ampliar a participação e a articulação entre política pública e comunidades. A divulgação da Campanha pelo Direito Humano à Alimentação liga-se especialmente ao debate sobre o SISAN. Esta campanha desenvolveu diversas atividades durante a semana do Dia

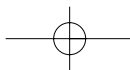
Sistematização de Experiências de Organizações Sociais

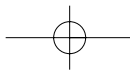
Mundial da Alimentação em outubro de 2007, da qual participaram integrantes das experiências nos três estados.

A AESP produziu quatro spots de rádio para trabalhar durante a Semana Mundial de Alimentação, juntamente com os spots produzidos para a Campanha Nacional. Em novembro foram difundidas as ações realizadas pela AESP em 12 municípios da região do médio Paraíba fluminense (Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda). Para tanto, foram utilizados os spots de rádio e distribuídas duas publicações a respeito desta experiência. Neste sentido, a experiência da AESP em Pinheiral debate a Segurança Alimentar enquanto política pública, na medida em que veicula informações educativas e de promoção de direitos em espaços públicos.

Além disso, a AESP também integra outros espaços de participação como o Conselho de Segurança Pública Municipal e o Conselho Municipal do Fundeb (Fundo de desenvolvimento da educação básica), além de buscar assento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Uma das formas de promover essa articulação é construir espaços de participação e de decisão compartilhadas que podem integrar uma política de segurança alimentar e nutricional, como conselhos, fóruns, entre outros.





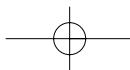
Os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, por exemplo, são espaços de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas de SAN. São órgãos consultivos que devem manter diálogo constante e assessorar as políticas públicas na priorização e na implementação de atividades.

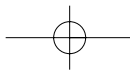
Os Fóruns de Segurança Alimentar são espaços de articulação da sociedade civil organizada. Os fóruns devem fomentar a elaboração de ações e políticas públicas, monitorar e avaliar a implementação das políticas, colaborar para capacitação dos atores da sociedade civil e estimular a participação da sociedade nas instancias ligadas à SAN.

As experiências da Paraíba também são vinculadas a conselhos e outras instâncias participativas, de forma que alguns de seus membros são conselheiros do Orçamento Participativo e do CMDCA e, no caso das experiências aqui descritas, há uma relação direta com a política de segurança alimentar. A experiência do CRSAN também se envolveu nas Conferências, na medida em que alguns participantes da comunidade e do entorno participaram da Conferência Municipal e Nacional e alguns se tornaram, inclusive, conselheiros municipais, a exemplo de duas pessoas da comunidade que hoje são conselheiras do Conselho Municipal da SAN - o COMUSAN.

A AESP vem participando do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSAD/Rio Sul), uma iniciativa do governo

federal em parceria com entidades da sociedade civil. Vale ressaltar o papel mobilizador cumprido pela AESP durante a realização das Conferências de Segurança Alimentar no decorrer deste ano, sensibilizando diversos atores da sociedade civil e do poder público do município de Pinheiral para a importância de se fazer presente durante a Conferência Regional de Segurança Alimentar realizada no município de Piraí. Nesta conferência, estiveram sete representantes de organizações da sociedade civil (Pastoral da Criança, Cooperativa de alunos do Colégio Agrícola, Conselho de Merenda Escolar, Associação de Economia Solidária de Pinheiral - AESP, Conselho Municipal de Associações de Moradores de Pinheiral, Rádio Comunitária Cruzeiro FM, Vicentinos - Lar de idosos) e dois do poder público. Destes, foram eleitos três delegados para a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro, sendo dois da sociedade civil (um da AESP e um da Cooperativa de alunos do Colégio Agrícola) e um do poder público.





***Mais informações sobre as experiências
podem ser encontradas através
das ONGs que as apoiaram:***

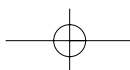


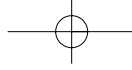
O Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais é uma ONG com atuação nacional sediada em São Paulo. Fundada em 1987, tem como identidade a cidade e a atuação no campo das políticas públicas e do desenvolvimento local, além da cidadania como conquista democrática para a construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas.
Ver www.polis.org.br

O Centrac é uma ONG que desenvolve atividades de caráter político-educativo e organizativo no âmbito da mobilização, estruturação e fortalecimento de sindicatos, associações de bairro e movimentos sociais no município de Campina Grande-PB.
Ver www.centrac.org.br

O Cedac - Centro de Ação Comunitária é uma ONG fundada em 1979 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Atua no campo da Educação Popular e sua missão é capacitar e subsidiar os movimentos sociais urbanos para que possam gerar ações políticas e organizativas orientadas para a promoção do Desenvolvimento, da Democracia e da Cidadania, através de processos participativos de educação e organização popular, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e solidária.
Ver www.cedacnet.org.br

Baixe os subsídios e informações sobre a campanha Nacional pelo Direito Humano à Alimentação.
Ver www.direitoaalimentacao.org.br





Impreso en el mes de diciembre de 2007
en: Docuprint S.A. - Rivadavia 701. C1002AAF
Buenos Aires, Argentina

